

PERIÓDICOS EDUCACIONAIS: A *REVISTA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS (1916-1923)*. Jaqueline Rampeloti Ozelin, Ana Clara Bortoleto Nery – Educação – Pedagogia – Departamento de Administração Supervisão Escolar – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

Nesta pesquisa estuda-se um periódico educacional intitulado *Revista da Escola Normal de São Carlos* publicado pela Escola Normal de São Carlos entre 1916 e 1923, tendo ao todo 13 fascículos. Tem-se como objetivo entender como ocorria a divulgação dos conhecimentos e opiniões dos profissionais de educação sobre o trabalho, a qualidade de ensino e os projetos pedagógicos daquela época, além de buscar compreender a importância de tais iniciativas para a organização da educação e do ensino paulista. A partir da análise dos artigos do periódico em estudo, constata-se que a maioria aborda assuntos relativos às disciplinas da Escola Normal – como história, francês, biologia, matemática, desenho, música, entre outras – ao civismo, ao ensino e às escolas normais.

Ao analisar a materialidade da revista, nota-se que não houve grandes modificações ao longo de seu ciclo de vida. Todos os números possuem as mesmas medidas de 14,5 cm de largura e 20,5 cm de altura. Há uma média de aproximadamente 73 páginas por fascículo, com uma variação de 33 (fascículos 1 e 2) a 158 páginas (fascículo 3). Quanto às capas, observou-se que as capas dos 3 primeiros fascículos são diferentes dos outros 10. As três possuem o mesmo estilo de cabeçalho e os números 1 e 2 são adornados com desenhos. O número 3, por se tratar de uma edição especial, possui uma faixa diagonal nas cores verde e amarelo. Os demais exemplares possuem o mesmo estilo de capa, suprimiu-se a imagem, o nome da cidade, do estado, do país e da gráfica que imprime a revista; na data não aparece mais o dia, apenas o mês e o ano de publicação.

A *Revista da Escola Normal de São Carlos* contou com 27 colaboradores entre lentes e diretores da própria Escola Normal de São Carlos e também de outras escolas normais. Cabe enfatizar que o lente de Psicologia e Pedagogia e diretor da Escola Normal do Brás, Carlos da Silveira, publicou artigos em todos os 13 fascículos da revista.

É importante ressaltar que tal periódico, ao lado da *Revista de Educação* – que teve ao todo 5 números – da Escola Normal de Piracicaba, é um dos únicos periódicos educacionais produzido e organizado por iniciativa de grupos de professores das Escolas Normais, tanto é que em todas as capas da *Revista da Escola Normal de São Carlos* encontram-se os dizeres: “propriedade e redação do corpo docente”.

Por meio da leitura e análise de seus artigos, constata-se que esse periódico privilegiava, de fato, os conhecimentos dos professores das escolas normais, uma vez que apenas eles – raramente uma outra pessoa – publicavam artigos nesse periódico. A maioria desses artigos contém métodos e programas de ensino que os alunos das Escolas Normais deveriam utilizar com seus futuros alunos das escolas primárias. Há ainda artigos escritos exclusivamente para os alunos da Escola Normal, com programas de ensino que serão utilizados por seus professores ou com explicações e aprofundamentos sobre alguma disciplina. Tais artigos têm por tema ou as próprias disciplinas das Escolas Normais ou um recorte delas.

Através da revisão bibliográfica da escola normal em estudo, constatou-se que a referida escola possuía um currículo encarregado de formar um profissional imbuído dos valores republicanos e que se destinava a compor os quadros das lideranças educacionais do Estado. Sendo assim, a maior parte das disciplinas do currículo voltava-se à cultura geral, às letras e às ciências modernas. Das treze cadeiras que compunham o currículo da Escola Normal, apenas três referiam-se à formação profissional cuja ciência básica era a psicologia – única disciplina profissionalizante nos dois primeiros anos do curso. Nos terceiro e quarto anos são estudados também os Métodos e Processos de Ensino (teoria e prática) – que trata de todos os aspectos relacionados ao ensino-aprendizagem – e História Filosófica da Educação. Acreditava-se, assim, segundo afirmam Buffa e Nosella (1996), que o formando estava preparado e seguro para ensinar; mas essa segurança apenas refletia o espírito daquela sociedade que se encontrava num estágio atrasado de evolução; era uma sociedade que conhecia as desigualdades, mas que, geralmente, não as considerava como sérias contradições que pudessem atrapalhar seu desenvolvimento.

É notável a influência que alguns autores estrangeiros exercem sobre alguns artigos da revista em estudo. São citados estudiosos como Herbart, Froebel, John Dewey, Gustave Le Bon, entre outros.

No artigo *Methodo Didactico* (fascículo 2, p. 25-26), seu autor, Antônio Firmino Proença, apresenta o método herbatiano como sendo ideal para o ensino de qualquer disciplina. Segundo ele, o referido método “é um conjunto perfeito e racionalmente organizado. Em sua forma atual o método representa como um todo orgânico, cujas partes, perfeitamente articuladas, têm função própria a desempenhar” (fascículo 2, p. 26).

Na *Revista da Escola Normal de São Carlos* eram publicados também relatórios de ensino redigidos pelo então diretor dessa instituição, Mariano de Oliveira; além de artigos que exaltavam os ideais republicanos, e outros que apresentavam métodos de ensino que deveriam ser utilizados pelos alunos dessas escolas. Tais constatações reforçam a pretensão desse periódico em se firmar como formador de um ideário pedagógico.

Do ponto de vista histórico, pode-se afirmar que o período de 1911 a 1930 é marcado pela expansão do ensino normal tanto pela necessidade da formação de professores quanto por questões políticas. Instituíram-se, então, escolas normais de dois níveis: as primárias – destinadas à formação de professores para as escolas primárias públicas – e as secundárias – que formavam professores para atuarem em qualquer grau de escolarização, inclusive na própria Escola Normal Secundária.

Como formavam professores destinados a atuações diferenciadas, as duas modalidades de escolas normais possuíam currículos também diferentes: o das escolas normais secundárias era bem mais desenvolvido, tanto no conteúdo de formação pedagógica, como no propedêutico. Apesar do impulso que o ensino normal sofreu na segunda década do século XX e do conseqüente aumento do número de professores para atuarem em escolas primárias paulistas, não houve a diminuição do analfabetismo.

Tal situação culminou na Reforma Sampaio Dória, em 1920 (Decreto n. 1.750 de 08 de dezembro de 1920), que pôs fim a dualidade das escolas, unificando os tipos segundo o modelo da escola normal secundária. A Reforma de 1925 – Lei 2.095 de 24 de dezembro de 1925 –, entre outras modificações, ampliou de 4 para 5 anos a duração do ensino normal. O decreto que regulamentou a Reforma de 25 durou apenas um ano, porém novas modificações foram feitas no ano de 1927, com a Lei 2.296, de 31 de dezembro do mesmo ano. Como o problema do analfabetismo ainda não havia sido resolvido, o governo de então considerou que a solução seria formar um maior número de professores e, para isso, reduziu o curso das escolas normais de 5 para 3 anos.

É importante destacar que, sobre a legislação em vigor na época da publicação do periódico em questão, encontram-se informações importantes em artigos da própria revista. É sabido que a *Revista da Escola Normal de São Carlos* foi publicada de 1916 a 1923, portanto a legislação em vigor na época compreende o Decreto 2.367 de 14 de abril de 1913 e a Lei n. 1.750 de 8 de dezembro de 1920. Entre outras modificações, o referido decreto estabeleceu o seguinte programa para as Escolas Normais (conforme exposto por Carlos da Silveira no fascículo 1, p. 9):

- 1ª cadeira e 2ª: Português, literatura portuguesa e noções de latim;
- 3ª cadeira: Francês;
- 4ª cadeira: Inglês;
- 5ª cadeira e 6ª: Matemática, compreendendo aritmética, álgebra (até equações de 2º grau), geometria e trigonometria;
- 7ª cadeira: Física e química;
- 8ª cadeira: História natural, noções de higiene, de zootecnia e de agricultura;
- 9ª cadeira: Geografia, Chorographia do Brasil e Cosmografia;
- 10ª cadeira: História da civilização e do Brasil;
- 11ª cadeira e 12ª: Psicologia experimental, pedagogia e educação cívica;
- 13ª cadeira: Métodos e processos de ensino, crítica pedagógica e exercícios de ensino;
- 1ª aula: Música;
- 2ª aula: Escrituração mercantil;
- 3ª aula e 4ª: Caligrafia e desenho;
- 5ª aula e 6ª: Ginástica educativa;
- 7ª aula e 8ª: Trabalhos manuais;
- 9ª aula: datilografia e taquigrafia (só em São Paulo).
- 10ª aula (arte culinária), segundo Silveira, nunca funcionou a não ser em São Paulo onde agora (ano de 1916) parece estar abolida.

A Lei n. 1.750 de 8 de dezembro de 1920 (Reforma Sampaio Dória), estabeleceu, entre outros pontos – conforme consta no fascículo 10, p. 16 – em seu artigo 15 que o governo teria plenos poderes para desdobrar em dois períodos de 3 horas, as classes dos grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas. No fascículo 11, no artigo *Escolas Complementares* de Mariano de Oliveira, encontra-se uma crítica ao art. 13 da referida lei que autoriza o governo a reorganizar os programas da instrução pública. A reforma Sampaio Dória também unificou as Escolas Normais Primárias e Secundárias pelo padrão da mais elevada.

A Escola Normal de São Carlos foi fundada em 1911 e era denominada Escola Normal Secundária. Através da revisão bibliográfica sobre a escola normal em estudo foram levantados alguns pontos importantes, tomando como referência Buffa e Nosella (1996): a referida escola possuía um currículo encarregado de formar um profissional competente e imbuído dos valores republicanos e que se destinava a compor os quadros das lideranças educacionais do Estado. Sendo assim, a maior parte das disciplinas do currículo voltava-se à cultura geral, às letras e às ciências modernas. A formação pedagógica era assegurada por algumas disciplinas como Psicologia, Didática e estágio na Escola Modelo Anexa. Os professores e diretores da Escola Normal de São Carlos eram nomeados através de concursos públicos que exaltavam o caráter público e democrático da Escola Normal.

Na Escola Normal de São Carlos as atividades formativas extraclasse também eram valorizadas. No início da escola criou-se o “Grêmio Normalista 22 de Março” que promovia conferências sobre assuntos culturais e científicos, que eram publicados em revistas tal como o periódico *Excelsior!* (1911-1939), iniciativa do grêmio. Assim, tanto pelo vasto currículo quanto pelas inúmeras atividades extraclasse, a Escola Normal de São Carlos era uma referência pedagógica para a região e para o estado de São Paulo.

Referências Bibliográficas

BUFFA, E.; NOSELLA, P. *Schola Mater. A Antiga Escola Normal de São Carlos: 1911-1933*. São Carlos: EDUFSCar, 1996. 120 p.

CARVALHO, M. M. C. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Coleção Tudo é História).

_____. Por uma história dos saberes pedagógicos. IN: CATANI, D. B.; SOUZA, C. P. (Orgs.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 31-40.

_____; PINTASSILGO, J. *A história da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*. Projeto de Pesquisa em Cooperação Internacional – CAPES-GRICES, 2003.

CATANI, D. B.; LUGLI, R. S. G.; VICENTINI, P. P. A profissionalização e as práticas de organização dos professores: estudos a partir da imprensa periódica educacional. In: CATANI, D. B. *Educação em Revista*. São Paulo: Autêntica, 1998.

CHARTIER, R. A mediação editorial. In: _____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 61-76.

_____. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: _____. *A história cultural*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 29-67.

FILHO, G. F. A República Velha e a Educação. In: _____. *A educação brasileira no contexto histórico*. Campinas: Alínea, 2001. p. 71-81.

HILSDORF, M. L. S. As iniciativas dos republicanos. In: _____. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. p. 55-68.

_____. As outras escolas da Primeira República. In: _____. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. p. 68-87.

NERY, A. C. B. Prescrevendo Práticas e Saberes: as políticas para a formação de professores no Estado de São Paulo (1911-1930). In: *Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, V. Évora, Portugal, abril, 2004.

PIROLLA, M. C. G. *Memórias do Instituto*. São Carlos: Camargo Artes Gráficas, 1998. 97 p.

REVISTA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS. São Carlos: Tipografia Aldina, ano I, n. 1, 1916. 33 p.

_____. São Carlos: Tipografia Ideal, ano I, n. 2, 1917. 33 p.

_____. São Carlos: Tipografia Tancredo Camargo, ano VI, n. 10, 1921. 65 p.

_____. São Carlos: Tipografia Tancredo Camargo, ano VI, n. 11, 1921. 71 p.

TANURI, L. M. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: FEUSP, 1979. 234 p. (Vol. 16).

Bolsa: FAPESP.